

CIDADÃOS E POLÍTICA: DIMENSÕES DA ADESÃO E DA SATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA NO BRASIL

Rachel MENEGUELLO¹

I. Economia e política – a estabilização econômica como evento politizador. II. Adesão e desempenho democrático. II. Adesão e desempenho democrático. III. Breves conclusões. IV. Referências bibliográficas.

Uma análise de dados de pesquisas recentes sobre a adesão aos valores e ao funcionamento democrático na América Latina mostra que a preferência pela democracia é uma tendência predominante entre os cidadãos dos vários países, mas que convive paradoxalmente, com a desconfiança nas instituições representativas e com baixos índices de interesse e participação na política convencional.² As informações também sugerem que, na região em geral, as eleições são definidas como marco de inclusão e intervenção políticas, e é a percepção positiva da eficiência e da validade dos processos eleitorais que dá garantia ao funcionamento do sistema (Seligson, 2008).

As pesquisas realizadas no Brasil no período de 24 anos de experiência democrática mostram igualmente que, apesar da consolidação de mecanismos e procedimentos de participação política, persiste na lógica do funcionamento da democracia brasileira a presença de uma forte desvalorização das instituições representativas. Esse cenário não apenas reitera a relação incompleta dos cidadãos com a política representativa encontrada nos períodos anteriores, como também reforça a atual crise generalizada de representatividade.

¹ Professora Livre docente do Depto. de Ciência Política da UNICAMP, Diretora do Centro de Estudos de Opinião Pública da mesma universidade e pesquisadora do CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

² *Informe 2009*, Corporación Latinobarómetro, Santiago de Chile; *Barómetro de las Américas, 2008*, Latin American Public Opinion Project, Vanderbilt University.

Desde fins dos anos 1980, no entanto, a preferência pelo regime democrático desenha uma tendência crescente. Os dados sobre a democracia pós-85 mostram que entre a primeira eleição presidencial direta do período em 1989 e a última eleição presidencial de 2006, a preferência da população pela democracia aumentou mais de 21 pontos (Gráfico 1). As informações mostram também que um dos principais ganhos do processo democrático foi o aumento da cognição sobre o regime. Entre 1989 e 2006, há uma diminuição considerável da proporção de pessoas que não sabem seu conteúdo e significado – de aproximadamente 40% para 25% (Tabela 1). Os valores e conteúdos percebidos pela população são estreitamente associados à idéia de democracia como um sistema que viabiliza a escolha e a solução de necessidades econômicas e sociais, além da garantia aos direitos civis básicos.

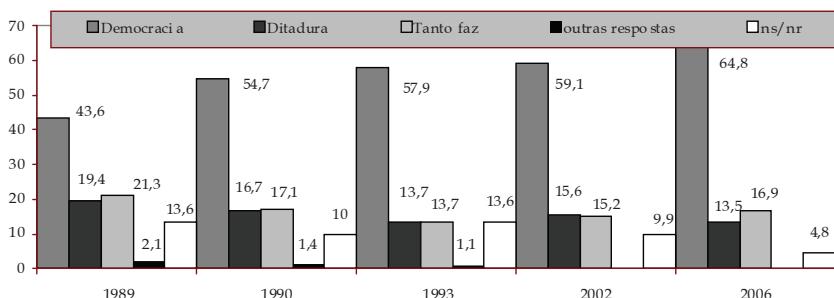
Estes são dados importantes para dialogar com Dahl (2000) quando este afirma que as pessoas não sabem o que preferem quando afirmam preferir a democracia. É fato, no entanto, que a própria retórica da transição, ao ter privilegiado as eleições diretas para a presidência da república como mecanismo central do resgate democrático, empurrou para um segundo plano a adesão às estruturas representativas. Além disso, a democratização estabeleceu-se em um cenário de crise social e econômica profunda no país e na região, e as referências à solução dos problemas econômicos e sociais tornaram-se centrais no mapa de adesão ao novo regime.

Esses indicadores são preocupantes. Ainda que haja uma clara indicação de que a maioria dos brasileiros apóia a democracia em comparação com os regimes autoritários, é preciso destacar que, em média, 30% dos cidadãos nesse período afirmam a preferência pela ditadura ou não se importam com o tipo de regime, tampouco acreditam que os partidos e o Congresso sejam importantes para a vida democrática. Sabemos que essas informações compartilham um terreno amplo e mundial de baixa credibilidade institucional, mas em países com experiências ditatoriais passadas recentes, esses dados mostram o peso da herança autoritária na definição de parâmetros de participação cívica. É necessário um estudo mais aprofundado de indicadores que levem em conta os efeitos dos regimes autoritários sobre a cultura cívica dos cidadãos, pois é possível que o cenário paradoxal que combina o aumento da adesão à democracia com a desconfiança institucional e a insatisfação com o regime expresse uma cultura própria das transições políticas, marcada por dimensões híbridas quanto à percepção sobre o sistema.

Neste texto, mostramos que após mais de duas décadas de democratização no Brasil, as bases para a legitimidade do regime estão estabelecidas na inter-relação entre a preferência normativa pela democracia e a avaliação

crítica de seu desempenho. Mostramos também que uma das pontes intermediadoras dessa avaliação é a percepção das ações de governo, na qual a intersecção entre a economia e a política é central.

Gráfico 1
Preferência pela Democracia ou pela Ditadura
Brasil, 1989/2006 (%)



Fontes: Pesquisa CEDEC-Cultura Política, 1989, 1990 e 1993; ESEB2002 (CESOP/Unicamp); Pesquisa FAPESP/USP/CESOP-Unicamp, 2006

Tabela 1
Principais significados associados à idéia de democracia, Brasil

1989	1993	2006
38,6% não sabiam definir democracia	34% não sabiam definir democracia	25,5% não sabiam definir democracia
40% associavam ao respeito às liberdades e direitos	15% associavam democracia aos conjunto de direitos políticos e ao funcionamento do regime	16% associaram ao direito de voto e à escolha de governantes
5,5% associavam à igualdade e oportunidades iguais	29,4% associavam à liberdade de expressão, direitos civis	17% associaram à liberdade de expressão e opinião
4% associavam à idéia de governo popular, eleito pelo povo	4% associavam à igualdade social	4,5% direito de ir e vir e à igualdade

Fontes: Pesquisa CEDEC-Cultura Política, 1989 e 1993; Pesquisa Nuppes-USP/CESOP-UNICAMP, 2006

I. ECONOMIA E POLÍTICA – A ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA COMO EVENTO POLITIZADOR

Os estudos sobre processos de mudança nas sociedades contemporâneas apontam a experiência econômica e política específica de gerações como um aspecto central para entender o conjunto de valores e atitudes observados. É o que encontra Inglehart (1997) em uma perspectiva internacional, ao observar as mudanças inter geracionais de valores e a produção de valores pós-materialistas como reflexos da experiência de taxas relativamente altas de crescimento econômico.

Na mesma direção, os estudos sobre democratização também apontam a influência que experiências de recuperação econômica em novos cenários políticos têm sobre o processo de formação de preferências, revelando que ao lado dos processos políticos, os processos socioeconômicos são fundamentais para formar bases de legitimidade política (Remmer, 1993; Meneguello, 1995; Echegaray, 1995; 2005) e, através de políticas econômicas, criam ‘eventos politizadores’ que possibilitam a formação de preferências e níveis de identificação política.

O caso brasileiro parece acompanhar bem esse exemplo. Já no início do regime democrático, estudos realizados identificavam a dimensão econômica pessoal e geral, entendida como a busca de bem-estar e patamares mínimos de sobrevivência, um aspecto básico na concepção constituída e esperada de democracia (Muszynski e Mendes, 1990; Moisés, 1995). Estava claro que a política econômica desenvolvida no período, sobretudo o Plano Real, a partir de 1994, emergiram como elementos constitutivos de tendências importantes, criando conteúdo de apoio ao governo e definindo preferências para a composição de forças políticas. Foi o que se observou nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, as quais constituíram embocaduras da avaliação das políticas econômicas e da perspectiva de estabilização monetária. As preferências observadas naquelas eleições demonstraram que, de fato, mesmo tomando-se em conta a multidimensionalidade das intenções de voto, o impacto das políticas econômicas foi um importante fator de influência sobre as decisões do eleitor, sobretudo porque orientou diretamente a dinâmica dos interesses e expectativas individuais quanto ao bem-estar e consumo expressos no chamado “voto econômico” (Lewis-Beck, 1988).

Nossa experiência recente mostra que o curso das ações econômicas dos governantes tem impacto certo sobre suas possibilidades políticas, mas o que não sabemos a fundo é qual dimensão econômica tem mais relevância

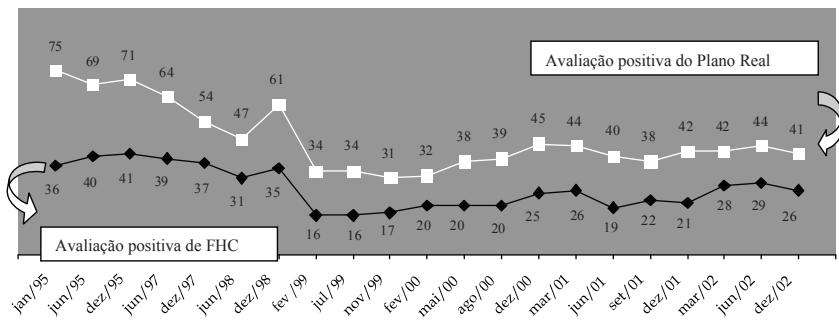
sobre a avaliação e aprovação das gestões, se é o controle da inflação e as possibilidades de consumo, a perspectiva de emprego, ou ainda, o acesso a serviços ou políticas que dão acesso a melhores condições de gestão do cotidiano dos cidadãos. O fato é que, ao longo de nossa jovem democracia, os índices de avaliação dos governos vêm caminhando lado a lado dos índices de percepção econômica, e as expectativas positivas sobre o controle do desemprego e inflação durante o governo Lula parecem preencher um lugar definitivo na avaliação de seu desempenho.

Sabemos que a composição das preferências políticas é múltipla, e que os valores da política e da democracia contam para a avaliação do desempenho dos governantes. Mesmo assim, olhando o caso da democratização brasileira, os referenciais econômicos cotidianos e gerais dos cidadãos ressaltam nesse processo.

A tarefa de enfrentar os problemas econômicos transformou-se em uma das maiores demandas da população desde o início do novo regime, constituindo um dos seus pilares do apoio político. Mas seria em 1994, com a implantação do Plano Real de estabilização monetária, que se fortaleceria a tendência de associação das preferências públicas pela manutenção da estabilização às avaliações do governo. Nesse período, ocorreram mudanças favoráveis nos níveis de atividade econômica e de renda, transformando o quadro de pobreza no país e o quadro de consumo, marcado pela ampliação do acesso ao mercado de segmentos antes marginalizados (Hoffman, 2001).

Este foi um componente central do capital político da Presidência da República no período, estabelecendo elevados patamares de apoio e aprovação governamental, com base na avaliação prospectiva da melhora global do país, do fim da inflação e do aumento relativo do poder de compra, traduzidos em expectativas de desempenho futuro, e que garantiram a reeleição do presidente em 1998 (Gráfico 2).

Gráfico 2
Evolução da Avaliação Positiva do governo FHC e do Plano Real (%)
Brasil (Janeiro/95 a Dezembro/02)



Fonte: Pesquisas Nacionais Instituto Datafolha -Banco de Dados de Pesquisas- Cesop/Unicamp

Essa relação simbiótica entre as tendências de avaliação do desempenho presidencial e do desempenho da economia marcou as percepções da população em geral sobre o governo federal para todo o período entre 1995 e 2006 (Meneguello, 2006b). De fato, a experiência de estabilidade monetária desconhecida de várias gerações de brasileiros foi capaz de produzir um alto grau de popularidade presidencial baseada na avaliação prospectiva da melhora global do país, do fim da inflação e do aumento relativo do poder de compra.

Em artigo sobre as dimensões explicativas das motivações do voto em eleições presidenciais, Balbachevsky e Holzhacker (2004) apontam que a partir de 1994, com o impacto que o Plano Real teve sobre as expectativas de performance do Presidente da República, delineou-se um padrão de escolha no qual a dimensão do desempenho passado do candidato e as expectativas sobre suas realizações futuras constituíam o conteúdo estratégico do voto. No caso da eleição de 2002, o artigo mostra que a vitória de Lula deveu-se sobretudo ao voto motivado pela forte identificação com o candidato e que esse capital político teria peso sobre suas possibilidades iniciais. Assim, o capital político inicial de Lula traduziu-se em altos índices de aprovação de desempenho já nos primeiros meses de governo, mesmo sem que houvesse um agente de estabilidade similar ao Plano Real para compor o binômio popularidade/desempenho econômico.

No âmbito econômico, o primeiro governo Lula apresentou indicadores modestos de crescimento, mas abrigou uma importante queda na desigual-

dade da distribuição de renda, resultante de fatores associados ao mercado de trabalho, como as transformações da oferta e demanda de trabalho e os aumentos reais do salário mínimo, e às redes de proteção social, como os programas de transferência de renda, com destaque ao Bolsa-Família (Soares, 2006).

Além do impacto dos programas sociais na redução da miséria, atingindo 19,18% entre 2003 e 2005, e na redução da pobreza, atingindo uma proporção de 22,7% em 2005 e 21,9% em 2006, houve a partir de 2004 um importante crescimento da renda média dos brasileiros, chegando a 6,6% em 2005, sendo que os segmentos mais pobres foram os que mais se beneficiaram (Neri, 2006).

Dados de pesquisas de opinião mostram que esses indicadores econômicos foram percebidos pela população e, tal como no período anterior, acompanharam a avaliação governamental. Tanto para a evolução das expectativas de aumento da inflação quanto de desemprego, os dois momentos de destaque são o período inicial do governo Lula, quando as proporções de expectativa de aumento têm uma forte queda, e o período final do primeiro governo, em meados de 2006, já durante a campanha eleitoral para a Presidência, refletindo a melhora dos indicadores econômicos e apontando as perspectivas positivas para um quadro de reeleição (Gráfico 3).

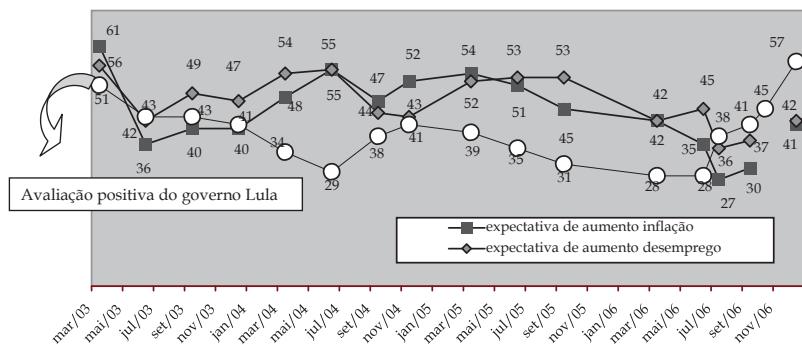
No âmbito das avaliações propriamente políticas, os dados de pesquisas do período traduzem um notável apoio popular ao Presidente da República. Durante quase todo o governo, o grau de confiança no presidente manteve patamares altos de apoio, acima de 50%, e as altas proporções de confiança são acompanhadas pelas percepções sobre o aumento da renda geral e pessoal da população (Gráfico 4). Mesmo durante a crise política de 2005, que envolveu denúncias de corrupção contra vários integrantes do Partido dos Trabalhadores e do governo, pode-se observar a manutenção de índices significativos de confiança, com proporções entre 43 e 44%. Em 2006, a confiança no Presidente voltou a recuperar os índices anteriores, e já em dezembro atingia 68% da população.

Tais informações sugerem que a percepção das políticas econômicas e de redistribuição de renda tem um papel importante de intermediação para formação do apoio político. Sabemos que a opinião pública exerce papel central como medida de apoio e fornece uma medida da reação às ações de governo, dando indicações sobre a forma de condução dos processos políticos (Monroe, 1998; Howlett, 2000). Ademais, ela possibilita dimensionar a capacidade de penetração no Estado das preferências estabelecidas, e re-

vela, em última instância, a permeabilidade do Estado à sociedade e suas demandas.

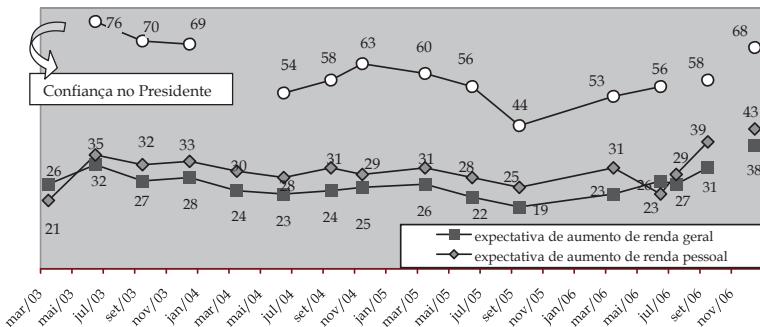
Nessa direção, um estudo mais aprofundado das bases da avaliação do sistema político mostra que tais indicadores figuram em uma posição central no mapa de referências dos cidadãos brasileiros. É o que mostram as seções seguintes deste texto.

Gráfico 3
Evolução das expectativas de aumento de inflação
e desemprego e Avaliação do Governo Lula (2003/2006) Brasil (%)



Fonte: Pesquisas Nacionais do IBOPE-Banco de Dados de Pesquisas do CESOP/Unicamp

Gráfico 4
Evolução das expectativas de aumento de renda geral e renda pessoal e
Confiança no Presidente Lula (2003/2006) Brasil (%)



Fonte: Pesquisas Nacionais do IBOPE-Banco de Dados de Pesquisas do CESOP/Unicamp

II. ADESÃO E DESEMPENHO DEMOCRÁTICO

Os estudos sobre a cultura política estabelecida na mais recente onda de democratização mostram que o descompasso entre as tendências de apoio ao novo regime e a persistente percepção negativa de seu desempenho podem condicionar as bases da legitimidade e afetar sua consolidação. No caso das democracias constituídas no Leste Europeu, o alto grau de apoio à democracia comparada ao regime autoritário anterior combina-se à permanente percepção negativa de seu desempenho e mantém presente a alternativa do retrocesso político, ainda que de forma pouco robusta (Rose e Mishler 1999; 2001a; 2001b).

No caso da América Latina, as reflexões apontam que a descontínua tradição democrática no continente limita a adesão ao sistema, e reflete-se, sobretudo, na significativa desconfiança dos cidadãos nas instituições públicas e privadas (Moises, 1995; 2005a e b; Durand Ponte, 2004; Lagos, 2000). Para outros autores, as diferenças contidas nas dimensões atitudinais da legitimidade e da satisfação com a democracia, associadas à falta de apoio difuso ao sistema, pode ter implicações negativas para o futuro da democracia (Gunther e Montero, 2003).

Em estudo sobre as bases da preferência pela democracia no Brasil, a partir de dados de pesquisa de 2002, a relativa independência encontrada entre as dimensões da satisfação com o regime e a de avaliação das instituições, sugeria que no mapa de valores dos cidadãos o entendimento do bom funcionamento democrático não estava imediatamente associado à percepção do bom desempenho das instituições públicas —inclusive representativas— e instituições privadas (Meneguello, 2006).

Os pontos gerais surgidos daquele estudo foram analisados em duas pesquisas realizadas em 2006 e 2007, utilizadas neste trabalho. Os dados mostram um cenário muito semelhante ao estudo anterior, em que essas são dimensões relativamente independentes para os cidadãos analisados. No âmbito da adesão, há uma reiterada preferência pela democracia associada ao voto; no âmbito da satisfação com o regime, o “peso” dos dados revela-se nos aspectos associados ao governo do momento, à avaliação da economia e a aspectos associados à gestão pública, definidas aqui pelos serviços públicos e programas sociais específicos.

A comparação entre as pesquisas é oportuna porque ambas foram elaboradas à luz da preocupação com os fundamentos que caracterizam a percepção dos cidadãos sobre o funcionamento da democracia brasileira. Sua análise também é oportuna para avaliar a adequação de alguns indicadores

do estudo da cultura cívica, nos moldes do estudo original de Almond e Verba (1965). Nesse caso, os indicadores de confiança institucional e de percepção da economia permanecem válidos e contribuem para compreender os conteúdos predominantes do mapa de referências para avaliação do sistema político brasileiro.

As pesquisas analisadas têm algumas diferenças no conjunto de questões – a pesquisa *Desconfiança nas Instituições*, realizada em junho de 2006, foi elaborada para o estudo da confiança institucional e suas dimensões associadas; a pesquisa *LAPOPBrasil* faz parte da coleção comparada do Americas Barometer sobre o funcionamento da democracia na América Latina, realizada em agosto de 2007 (ver Anexo). No que concerne às questões sobre adesão democrática e às variáveis associadas à dimensão do desempenho do regime, referenciadas no desempenho da economia e da atuação governamental, os questionários são muito semelhantes. A diferença fundamental é que a pesquisa LAPOP permite controlar as respostas segundo o acesso direto ou conhecimento de terceiros que acessam alguns programas sociais do governo federal, a saber, os Programas Bolsa-família, Bolsa-escola, Bolsa-alimentação e Vale-gás.

Para uma caracterização geral dos dois públicos entrevistados, a Tabela 2 apresenta opiniões sobre democracia, confiança em instituições representativas, avaliação de governo e percepção da economia. As duas pesquisas apresentam proporções altas de cidadãos que apóiam a democracia como forma de ação política, o que caracterizar os brasileiros como democráticos. Ao mesmo tempo, os entrevistados se mostram críticos ao funcionamento do regime, bem como a atuação dos partidos e do Congresso. Com algumas variações, os dados das duas pesquisas traduzem o cenário observado em algumas democracias estáveis, em que baixos níveis de satisfação com o desempenho democrático convivem com os altos níveis de apoio e preferência pela democracia (Dogan, 1997; Norris, 1999). Mas embora esse cenário não seja exclusivo dos países em democratização, nesses casos as bases do apoio político e legitimidade são cruciais para construção da estabilidade (Klingemann, 1999; Mishler e Rose, 2001).

Assim, para as duas pesquisas a preferência normativa pelo regime democrático abrange 2/3 ou mais dos entrevistados; da mesma forma, a presença dos partidos na democracia é apoiada em média pela metade das duas amostras. Entretanto, a avaliação positiva de funcionamento do regime no país chega a apenas 20% na pesquisa de 2006 e a 41% na pesquisa de 2007. Em ambas as pesquisas a percepção crítica sobre a atuação dos partidos e do congresso limita a avaliação positiva a por volta de 20% para os partidos

e 30% para o congresso. No caso da percepção da economia há variações importantes entre as avaliações positivas nas duas pesquisas.

Esses dados introduzem as duas hipóteses desenvolvidas neste estudo. A primeira tem caráter confirmatório para mostrar que há efetivamente uma tendência de separação entre a adesão à democracia e a avaliação do desempenho do regime democrático, pois cada uma dessas dimensões resulta de percepções sobre dinâmicas políticas específicas. O que sustenta a adesão democrática é um construto normativo, com valores que definem a preferência pelo regime e as suas bases institucionais. O que sustenta a boa avaliação de desempenho do regime é a percepção positiva de eixos que sustentam o seu funcionamento, notadamente, as instituições, o governo e os serviços públicos, além da própria satisfação com a forma em que a democracia funciona no país.

A segunda hipótese procura mostrar que, no conjunto de intermediações que atuam para conformar a percepção do desempenho da democracia, a percepção da economia e os programas sociais para populações de baixa renda têm papel importante, e criam condições para reforçar os referenciais de avaliação do sistema.

Tabela 2

Alguns Indicadores sobre o funcionamento do sistema político
Pesquisa Desconfiança Institucional e Pesquisa LAPOPBrasil

	Pesquisa Desconfiança nas Instituições (junho/2006)	Pesquisa LAPOP-Brasil (agosto/2007)
Avaliação positiva governo Lula	49.5%	39.1%
O voto influencia muito o que acontece	75	—
Satisfeito/muito satisfeito com a democracia no Brasil	21.2	41.5
A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo	89.4	72.7
A democracia é sempre a melhor forma de governo	68.1	76.5

	Pesquisa Desconfiança nas Instituições (junho/2006)	Pesquisa LAPOP-Brasil (agosto/2007)
Democracia não pode funcionar sem partidos	63	48,3
Confiança na Igreja	75.2	51.2
Confiança no Congresso Nacional	27	29.5
Confiança nos Partidos	18.9	21.1
Confiança no Presidente da República	43.2	37.8
Avaliação positiva da situação econômica atual do país	42.5	17.9
Avaliação positiva da situação econômica atual individual e da família	49.3	26

1. A adesão democrática como dimensão normativa

A legitimidade democrática é um conceito baseado na crença dos cidadãos de que a estrutura de governo mais adequada constitui-se com a política democrática e as instituições da democracia representativa. As referências da adesão constituem um construto normativo próprio, em que a preferência e escolha pela democracia não são contingentes ao seu desempenho, mas se estabelece sobre valores (Montero, 2003; Gunther, Montero and Torcal, 2007).

Ao tratar de transições para a democracia, essa noção está também estruturada na concorrência entre regimes de tipos distintos – autoritário e democrático – expressa na formulação da ‘hipótese de Churchill’ (a democracia como mal menor comparado aos regimes não-democráticos) e que possibilita a comparação entre duas situações políticas experimentadas no tempo (Rose, 2001[1997]).

Além das questões que traduzem a preferência por distintos regimes políticos, o construto da adesão está composto também pelas âncoras institucionais que sustentam a idéia de democracia no mapa de valores do público pesquisado. Neste trabalho, tais âncoras estão delimitadas na política representativa através dos partidos, do Congresso e das eleições. Isso se justifica pela própria via eleitoral que canalizou boa parte dos processos de formação do novo regime no país. A democratização brasileira está fortemente associada ao papel das eleições e ao processo de escolha e, apesar da forte presença do Congresso e dos partidos no funcionamento do sistema, predomina uma relação frágil entre os cidadãos e as instituições representativas. Procuramos então testar essa associação após mais de duas décadas de funcionamento democrático.

A Tabela 3 apresenta as soluções das análises fatoriais realizadas para as duas pesquisas separadamente.³ A adesão dos brasileiros à democracia está compreendida enquanto forma de governo e alguns dos valores a ela relacionados através de questões constantes dos dois questionários: para a pesquisa *Desconfiança nas Instituições*, 2 questões associadas à preferência pelo regime democrático, 2 associadas ao valor do voto, 2 associadas ao papel do Congresso e 3 ao papel dos partidos. Para a pesquisa *LAPOP*, incluímos 3 questões associadas à preferência pela democracia, 1 sobre a preferência específica pela democracia eleitoral, 2 sobre o papel das instituições representativas, a saber os partidos e o Congresso e 1 a respeito dos limites às ações presidenciais (ver Anexo).

Para a pesquisa *Desconfiança das instituições*, os dados mostram uma solução de 2 fatores, com capacidade de explicação de $\alpha=45.3\%$, no qual no primeiro fator figuram as 5 variáveis associadas ao papel dos partidos políticos e do Congresso Nacional, tanto para o país como para a democracia em geral, algumas delas com coeficientes altos, maiores que 0.7. Embora com coeficientes menores, no Fator 1 aparecem ainda as questões também associadas aos partidos políticos, ainda que especificamente mencionando

³ Nota metodológica. As pesquisas estão analisadas com base em dois procedimentos de análise de componentes principais, que é uma metodologia de análise multidimensional que busca identificar fatores associados aos fenômenos em questão. O primeiro envolve a análise de componentes principais para variáveis categóricas e respeita o nível de medida das variáveis selecionadas. Essa análise *quantifica* as variáveis categóricas e resulta em dimensões semelhantes aos fatores na análise fatorial. As novas variáveis obtidas, então transformadas em contínuas, são submetidas à *análise fatorial*, situação em que podem ser *rotacionadas*, de modo a torná-las independentes, maximizando os coeficientes nos fatores próprios e minimizando-os em todos os demais.

a necessidade do Presidente da República ter uma identificação partidária, e sobre o papel dos partidos para o funcionamento da política. É o segundo fator, por sua vez, que compõe uma interessante dimensão em que *a preferência pela democracia vem associada ao voto*, seja quanto ao seu papel de intervenção no sistema, seja pela adesão ao ato de escolha, traduzido na intenção do voto voluntário. Esta separação de variáveis em dois fatores supostamente associados é o ponto que nos intriga, pois as instituições representativas emergem dissociadas da idéia de votar e apoiar a democracia.

No caso da pesquisa *LAPOP*, o modelo encontrado tem capacidade explicativa maior, de $\alpha=54,13\%$, e constitui no primeiro fator a dimensão de preferência pela democracia (nas 3 formas distintas em que foi perguntada na pesquisa) igualmente associada à idéia de eleição, traduzida pela preferência pela democracia eleitoral. Da mesma forma que na pesquisa *Desconfiança* as âncoras institucionais representativas do sistema encontram-se em fatores separados, sendo no Fator 2 as variáveis relacionadas à importância do Congresso e às limitações legais às ações do Presidente (uma forma alternativa de indagar sobre a necessidade de a democracia basear-se no primado da lei), e no Fator 3, de forma isolada, mas com um coeficiente bastante alto de .895, encontra-se a necessidade dos partidos para a democracia.

O modelo desta pesquisa mostra mais uma vez que as variáveis associadas às instituições representativas e aquelas sobre a preferência democrática estão situadas em dimensões distintas. Nas duas pesquisas, a adesão à democracia se define sob força normativa. Precisamos então identificar as referências da avaliação crítica do regime que afetam a satisfação sobre como a democracia funciona no país.

Tabela 3
Dimensões da Adesão Democrática

Pesquisa NUPPSCESOP (2006)	1	2	Pesquisa LAPOP(2007)	1	2	3
Necessidade do Congresso Nacional para o Brasil	.701		Importância do Congresso	.757		
Necessidade dos partidos para a democracia	.789		Limitação das ações do Presidente pelas leis	.684		
Necessidade do Congresso Nacional para a democracia	.786		Democracia tem problemas, mas é melhor forma de governo	.666		
Partidos são indispensáveis ou dividem pessoas	.479		Preferência pela democracia eleitoral	.583		
Presidente deve ser identificado com partidos ou não	.517		Escolha entre democracia e ditadura	.710		
Democracia como melhor forma de governo			Preferência pela democracia ou, em alguns casos, ditadura	.431		
Democracia ou ditadura como melhor forma de governo			Importância dos partidos para haver democracia	.895		
Importância do voto para mudar as coisas						
Votaria no presidente mesmo se voto não fosse obrigatório						
Variância explicada	25.33%		Variância explicada	22,37	17,32	15,44
Variância total: 45,38 %			Variância total: 54,13 %			

Método de extração: análise de componentes principais. Rotação Varimax /Kaiser normalization

3. A dimensão do desempenho democrático

Para analisar a percepção dos cidadãos sobre o funcionamento democrático, a distinção conceitual entre o apoio à democracia e a satisfação com o regime foi operacionalizada pela constituição de uma dimensão analítica que considera o *desempenho do regime* a partir da avaliação de aspectos que procuram dar conta dos resultados do sistema, como a confiança em instituições, a avaliação da economia e dos serviços públicos.

Dois conjuntos de questões foram definidos para permitir a mensuração da crítica do cidadão ao estado de coisas em que vive o país. O primeiro remete-se à avaliação institucional (presente na pesquisa *Desconfiança*) ou à confiança institucional (presente na pesquisa *LAPOP*). Apesar das medidas distintas em cada um dos modelos, ambos permitem dimensionar o papel das instituições como intermediárias da compreensão do funcionamento do sistema. O segundo deu-se com base na idéia de que uma avaliação da relação cotidiana direta dos cidadãos com o Estado constitui medida de percepção prática do funcionamento das coisas e pode ter impacto sobre os níveis de confiança nos políticos e no governo, mesmo que de forma indireta (Listhaug, 1998). Nesse conjunto figuram questões de avaliação dos serviços públicos (apenas para a pesquisa *Desconfiança*), avaliação da situação da economia atual e futura, e avaliação do governo. Finalmente, figuram no modelo as questões de satisfação e avaliação da democracia no país.

A Tabela 4 apresenta as soluções das análises fatoriais realizadas para as duas pesquisas separadamente. Para a pesquisa *Desconfiança*, encontramos uma solução com 6 fatores, que mostram que a avaliação do desempenho do sistema democrático depende, primeiramente, da avaliação das instituições que embasam o regime, que compõem exclusivamente o Fator 1 (referências institucionais), e da avaliação dos serviços públicos no Fator 2 (serviços), sugerindo que a gestão do sistema é avaliada segundo as referências institucionais que conduzem o governo e a representação de interesses e a gestão pública do cotidiano.

No conjunto de instituições do Fator 1 não figuram as ‘Forças Armadas’, que apenas aparecerão no Fator 4. A relativa independência desta variável para avaliação do funcionamento do sistema sugere um efeito importante dos 21 anos de regime democrático. Figura juntamente neste fator a avaliação dos ‘bombeiros’. Do total de instituições avaliadas, não figuram em toda a matriz a ‘Igreja’, a ‘Televisão’ e as ‘Leis do país’.

No Fator 3 estão as variáveis com maior coeficiente de toda a matriz (maiores que 0.8) e tratam da avaliação do presidente e da economia do

país, tanto retrospectiva quanto prospectivamente, reafirmando o papel da economia na percepção do desempenho político.

A dimensão econômica pessoal emerge em 2 questões apenas no Fator 5, e apenas no 6º fator emergem as questões que medem a satisfação com a democracia e avaliam seu desempenho no país, ao lado ainda da percepção sobre a qualidade das eleições. Este é um dado importante, pois ao concentrar sua capacidade explicativa total de $\alpha= 53,5\%$ (e nos 3 primeiros fatores de $\alpha=36,9\%$), o modelo do desempenho democrático define nesta pesquisa como os principais vetores que compõem a legitimidade do regime, a avaliação do desempenho institucional, dos serviços públicos, e da estreita associação entre a avaliação da economia e do presidente da república.

Para a pesquisa *LAPOP* a solução produzida também apresenta 6 fatores, mas a distribuição de variáveis traz diferenças importantes: uma mesma bateria de itens sobre confiança institucional distribui-se em 4 fatores. Os Fatores 1, 2 e 3 concentram variáveis de confiança em instituições públicas (embora não a totalidade), sendo que, no Fator 2, além das 3 variáveis associadas à Justiça encontra-se a variável de respeito às instituições políticas e que o Fator 3 traz de forma isolada e com coeficiente mais baixo (.594) a confiança no Presidente da República. O Fator 4 traz apenas variáveis de confiança em instituições privadas – Empresários, Sindicatos, Igreja, Meios de comunicação. A disposição e a força das variáveis até este ponto do modelo, em que os 4 fatores somam 44% do total de 59,2% da variância explicada, sugerem que, para os cidadãos, o desempenho da democracia se estabelece sobre as bases da confiabilidade no sistema. O Fator 5 traz as 4 variáveis de avaliação da economia e o Fator 6 agrupa os últimos itens de confiança institucional, Bombeiros e Correios.

Mas o destaque neste modelo está na ausência de três variáveis centrais para compreender o desempenho democrático, sombreadas na matriz da Tabela 4 devido aos baixos coeficientes: as duas questões que perguntam de forma direta sobre satisfação e avaliação da democracia, e a avaliação do governo Lula. É intrigante que as referências diretas de avaliação do funcionamento democrático não figurem a partir da inter-relação com as variáveis selecionadas da pesquisa, sobretudo os itens associados à confiança institucional. Esse resultado nos leva a investigar qual seria o intermediário capaz de levar as referências de satisfação com a democracia no país para o modelo de desempenho e confiabilidade democrática. A segunda hipótese deste trabalho mencionada no seu início constitui-se aqui: a de que a percepção sobre ações sociais específicas possuem um papel de intermediação da avaliação do sistema político.

Tabela 4. Dimensões da Avaliação de Desempenho
Pesquisa NUPPS/CESOP (2006)

	1	2	3	4	5	6
Avaliação da Justiça	,579					
Avaliação da Polícia	,593					
Avaliação do Congresso Nacional	,749					
Avaliação dos Partidos	,708					
Avaliação dos sindicatos	,601					
Avaliação das empresas	,687					
Avaliação do Governo	,667					
Avaliação de serviços públicos – habitação		,634				
Avaliação de serviços públicos – polícia		,570				
Avaliação de serviços públicos – saúde		,753				
Avaliação de serviços públicos – educação		,724				
Avaliação de serviços públicos transporte		,719				
Avaliação de serviços públicos – seguro-desemprego		,598				
Avaliação de serviços públicos – água e esgoto		,653				
Avaliação do governo Lula			,813			
Avaliação da Economia governo Lula			,811			
Avaliação da Situação econômica atual			,660			
Expectativa sobre situação econômica-próximo ano			,601			
Avaliação de Desempenho Presidente			,640			
Avaliação de Desempenho – Exército				,626		
Avaliação de Desempenho – Bombeiros				,608		
Avaliação da Situação econômica familiar					,792	
Avaliação da renda familiar					,761	
Satisfação com democracia no país						,629
Brasil é plena democracia ou dem. com problemas						,660
Eleições brasileiras são limpas ou fraudulentas						,596
Variância total – 53.6%	13.4	12.8	10.7	6.2	5.7	4.8

Método de extração: análise de componentes principais. Rotação Varimax /Kaiser normalization

Pesquisa LAPOP(2007)						
	1	2	3	4	5	6
Avaliação Situação econômica atual					,605	
Comparação Situação econ. atual e há 1 ano					,650	
Avaliação Situação econômica pessoal					,717	
Comparação Situaç. econ. pessoal e há 1ano					,772	
Crença no desempenho dos Trib,de Justiça		,749				
Respeito pelas Instituições políticas		,671				
Confiança na Justiça		,677				
Confiança na Justiça eleitoral		,586				
Confiança nas Forças Armadas	,665					
Confiança no Congresso	,582					
Confiança no Governo Federal	,618					
Confiança no Min. Público	,578					
Confiança na Polícia Federal	,714					
Confiança Superior Tribunal Federal	,654					
Confiança na Igreja Católica				,423		
Confiança nos Meios de comunicação				,708		
Confiança nos Sindicatos				,716		
Confiança nos Empresários				,624		
Confiança no Presidente da República			,594			
Confiança nos Bombeiros						,830
Confiança nos Ccorreios						,790
Avaliação de Governo Lula					,218	
Satisfação com democracia no país					,240	
Grau em que Brasil é democrático	,044					
Variância total – 59.2%	14.4	12.3	8.8	8.6	8.3	6.7

Método de extração: análise de componentes principais. Rotação Varimax /Kaiser normalization

3. Ações sociais governamentais como intermediários da percepção e avaliação do sistema

Partimos do suposto de que a legitimidade democrática define-se segundo a avaliação do funcionamento do sistema pelos cidadãos. Assim, trazer para o mapa de referências a condição dos indivíduos em relação a ações sociais governamentais poderia influenciar esta relação, pois ela dá uma dimensão do papel do estado na gestão da própria democracia.

A pesquisa *LAPOPBrasil* permite dimensionar aspectos associados ao construto do desempenho democrático associados a características de acesso direto ou conhecimento de terceiros que acessam alguns dos principais programas de transferência de renda desenvolvidos pelo governo federal, e possibilita uma reflexão sobre o papel desses programas na organização dos referenciais do sistema para os indivíduos.⁴

Para o teste de nossa hipótese, adicionamos ao modelo de desempenho democrático exposto na Tabela 4 as variáveis de acesso direto ou conhecimento de terceiros que acessam os programas mencionados. A matriz fatorial apresentada na Tabela 5 aponta que, embora a adição na variância explicada seja muito pequena – de 59.2 % para 60.8% - a disposição das referências sofre impacto importante e os programas sociais emergem como referências inequívocas da gestão do sistema.

O primeiro ponto é a posição das variáveis no modelo, ocupando o 2º e 3º fatores, respectivamente, o conhecimento do acesso a benefícios e o acesso aos benefícios, cada uma de forma isolada e com coeficientes bastante significativos (acima de .6). A sua presença nos Fatores 2 e 3 tem impacto importante sobre as demais variáveis. Uma das consequências é a movimentação de variáveis de confiança institucional na direção de agregar as variáveis de confiança na Justiça, nos Partidos e no Presidente da República no Fator 1, o de maior peso explicativo do modelo (15.3%), e de manter na dimensão todas aquelas associadas a instituições públicas, agora com coeficientes mais altos. Esse é um aspecto importante, pois sugere que as variáveis associadas aos programas sociais exercem o papel de interme-

⁴ Dentre esses programas de transferência de renda, apenas o Bolsa Família (2004) foi criado pelo governo Lula; os demais programas foram implantados no governo Fernando Henrique : Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, em 2001; programa Vale Gás, em 2002. Na análise fatorial trabalhamos com as variáveis completas de acesso aos benefícios e de conhecimento de beneficiários, sem criar subgrupos, pois o interesse foi o de identificar no posicionamento geral frente aos programas uma intermediação para percepção do funcionamento do sistema.

diadores da avaliação de como o sistema funciona, tanto caracterizando as condições de acesso, quanto o conhecimento do acesso aos benefícios sociais específicos. Por sua vez, comparando com o modelo fatorial simples desta pesquisa (ver Tabela 4), as variáveis sobre a crença no desempenho justo dos

Tribunais de Justiça e o respeito às instituições políticas se afastam do 2º para o 6º fator. Esse afastamento também ocorre para as variáveis de confiança em instituições privadas –Igreja, Sindicatos, Empresários, Meios de comunicação– que saem do 4º para o 7º fator.

De fato, apenas não ocorre movimentação alguma para as variáveis de avaliação econômica (mantidas no Fator 5) e de confiança em Bombeiros e Correios (mantidos na ultima dimensão do modelo). A manutenção das variáveis de avaliação da economia interessa destacar, pois reforça nosso argumento de que o acesso e conhecimento de acesso a benefícios sociais são características que afetam a *percepção política* do sistema.

Essa conclusão é reforçada pelo segundo ponto de destaque deste modelo, que é o significativo fortalecimento das variáveis de avaliação do governo Lula, satisfação com o funcionamento da democracia e avaliação do grau de democracia do país, *todas dispostas na mesma dimensão*. Essas variáveis emergiram no modelo fatorial simples de desempenho do regime (Tabela 4) com coeficientes muito baixos, no caso da avaliação do grau de democracia, seu valor naquele modelo é menor que .05 (.044). Agora, sob o impacto da presença das variáveis associadas às ações sociais, as três variáveis assumem coeficientes com valores acima de 0.6, em uma dimensão disposta imediatamente ao lado daquelas variáveis, *e aponta que a percepção sobre a democracia no país está associada ao desempenho do governo e suas ações de gestão*.

Esses resultados nos permitem iniciar uma reflexão distinta àquela desenvolvida pela bibliografia existente a respeito das percepções de massa sobre políticas sociais. Em linhas gerais, os focos de análise residem na identificação dos níveis de aceitação dos direitos sociais e equidade, no consenso sobre as bases do “merecimento” da assistência governamental, e no impacto das noções de generosidade e de apoio ao combate à pobreza sobre a aceitação das políticas governamentais (Hasenfeld and Rafferty, 1989; Will, 1993). No caso de nosso estudo, buscamos identificar em que medida o acesso ou o conhecimento do acesso a programas de redistribuição contribuiria para mediar a percepção sobre o funcionamento da democracia no país.

De fato, os dados apontam que a presença da variável de referência dos programas sociais tem impacto sobre as orientações dos cidadãos na definição das bases da legitimidade democrática, pois associa as referências de confiança institucional, da satisfação com o regime no país, da avaliação da economia e da avaliação do Presidente, formando um construto complexo sobre o desempenho do sistema. Nesse construto, possivelmente, o fator de agregação resida na gestão pública de ações sociais. Esta afirmação, no entanto, certamente precisa ser aprofundada, sobretudo no que concerne à definição dos programas sociais como “intermediários” da percepção sobre o sistema político.

Tabela 4

Confiança nos Empresários							,583	
Confiança no Presidente da República	,433							
Confiança nos Bombeiros							,834	
Confiança nos Correios							,778	
Avaliação Governo Lula					,681			
Satisfação com democracia no país					,652			
Grau em que Brasil é democrático					,685			
Beneficiário ou não do Bolsa Família				,698				
Beneficiário ou não do Bolsa Escola				,759				
Beneficiário ou não do Bolsa Alimentação				,829				
Beneficiário ou não do Vale gás				,767				
Conhece ou não beneficiário do Bolsa Família			,794					
Conhece ou não beneficiário do Bolsa Escola			,831					
Conhece ou não beneficiário do Bolsa Alimentação			,846					
Conhece ou não beneficiário do Vale gás			,851					
Variância total – 60,81%	15,3	8,7	7,3	6,4	6,2	5,9	5,9	5,1

Método de extração: análise de componentes principais. Rotação Varimax /Kaiser normalization

III. BREVES CONCLUSÕES

Nossos dados reafirmam estudos anteriores que pontuam a presença de uma forte preferência normativa pelo regime democrático, que emerge relacionada ao valor universal da escolha, uma consequência, em boa parte, da intensa dinâmica eleitoral que marca nossa democratização. Por sua vez, as referências institucionais relativas ao sistema representativo não emergem diretamente associadas à preferência pelo regime, nem à avaliação sobre seu funcionamento. Contudo, com relação às instituições em geral, os dados sugerem que, tanto através da avaliação de sua atuação, quanto dos níveis de confiança que acolhem, elas constituem intermediários importantes da percepção sobre o desempenho do sistema.

Ao buscar os determinantes da avaliação do funcionamento da democracia e desempenho do governo, identificamos que os atalhos constituídos pela percepção da economia e da gestão pública são centrais para intermediar a relação dos cidadãos com o sistema político. Assim, a satisfação com o regime democrático emerge associada à condição de eficiência do governo do momento e sofre as mediações realizadas pela gestão do cotidiano, operacionalizada aqui através da percepção e da expectativa sobre a situação econômica do país e a situação econômica pessoal e da avaliação dos serviços públicos.

Nessa direção, os achados com relação à dimensão econômica e seu impacto sobre a legitimidade devem ser ressaltados. Acompanhamos a idéia de que o fenômeno que relaciona o apoio à democracia e a satisfação com o sistema é complexo, e não resulta do simples impacto de indicadores econômicos positivos (Montero, Gunther and Torcal, 1997). No entanto, os dados mostram que a dimensão da economia é central para a criação de posicionamentos com relação à política e à gestão do sistema. Os dados de opinião apresentados indicaram que a partir de

1994 a percepção do impacto positivo das políticas de controle inflacionário contraiu uma estreita relação com as avaliações de desempenho dos governos e dos Presidentes da República. A presença permanente das variáveis de avaliação da economia no mapa de referências dos cidadãos pesquisados aponta que, de fato, as políticas econômicas do período democrático exerceram um importante efeito politizador.

Da mesma forma, o significativo efeito observado da informação da condição dos cidadãos em relação aos programas sociais analisados de redistribuição de renda sobre a associação entre as referências de desempenho do sistema, sugere que as ações governamentais influem diretamente na percepção sobre o regime. Esse é um resultado importante que sugere, especificamente, a importância que as políticas de redistribuição possuem para subsidiar a avaliação do funcionamento da democracia no país, fundamentalmente aumentando o papel da confiança nas instituições no conjunto de referências.

Assim, parece promissor desenvolver estudos que investiguem formas específicas de relacionamento dos cidadãos com a política, através da sua percepção prática do sistema, ou seja, suas experiências com as instituições ou com as políticas e ações estatais, no sentido de

compreender o papel que exercem sobre a satisfação com a democracia.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G. y VERBA, S., *The Civic Culture. Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Boston, Little, Brown and Company, 1965.
- BALBACHEVSKY, Elisabeth y HOLZHACKER, Denilde, “Identidade, oposição e pragmatismo: O CONTEÚDO estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições”, *Opinião Pública*, vol. 10, num. 2, 2004.
- CANACHE, Damarys *et al.*, “Meaning and Measurement in Cross-National Research on Satisfaction with Democracy”, *Public Opinion Quarterly Review*, vol. 65, 2001, pp. 506-528.
- Collection, vol. 1, 2007, pp. 1-38.
- DAHL, Robert A., “A democratic paradox?”, *Political Science Quarterly*, vol. 115, núm. 1, 2000.
- DOGAN, Mattei, “Erosion of confidence in advanced democracies”, *Studies in Comparative International Development*, vol. 32, núm. 3, 1997.
- DURAND PONTE, V. M., *Ciudadanía y cultura política: México 1993-2001*, México, Siglo XXI, 2004.
- ECHEGARAY, Fabián, “Voto Econômico ou Referendum político? Os determinantes das eleições presidenciais na América Latina-1982-1994”, *Opinião Pública*, vol. 3, num. 2, 1995.
- _____, *Economic Crises and Electoral Responses in Latin America*, Maryland, Univ. Press of America, 2005.
- FUCHS, Guidarossi y SVENSSON, “Support for the Democratic System”, KLINGEMANN, Hans- Dieter y FUCHS, Dieter (eds.), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press, 1995.
- GUNTHER, Richard e MONTERO, José Ramon, “Legitimidade política em novas democracias”, *Revista Opin. Pública*, vol. 9, núm. 1, 2003.
- _____, *et al.*, “Democracy and intermediation: some attitudinal and behavioral dimensions”, en GUNTHER, Montero and PUHLE (eds.), *Democracy, Intermediation, and Voting on Four Continents*, Oxford UP, 2007.
- HASENFELD, Y. y RAFFERTY, J. A., “The determinants of public attitudes toward the welfare state”, *Social Forces*, núm. 67, 1989.
- HOFFMANN, Rodolfo, “A distribuição da renda no Brasil no período 1993-99”, *Mimeo*, Unicamp, 2001.

- KLINGEMANN, H. D., "Mapping Political Support in the 1990s: A global Analysis", en PIPPA, Norris, *Critical Citizens*, Oxford, UK, Oxford University Press, 1999.
- LAMOUNIER, Bolívar, "Apontamentos sobre a questão democrática brasileira", en ROUQUIÉ, Lamounier e SCHVARZER (orgs.), *Como renascem as Democracias*, Brasiliense, 1985.
- LEWIS-BECK, Michael, *Economics and Elections*, Ann Arbor, Univ. of Michigan Press, 1988.
- MENEGUELLO, Rachel, "Electoral Behavior in Brazil: the 1994 presidential elections", *International Social Science Journal*, núm. 146, 1995.
- _____, "Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil, 2002", *International Review of Sociology*, vol. 16, núm. 3, 2006a.
- _____, *Grounds for Democratic Adherence*, Brazil, Lanic Etext, 2002-2006.
- MISHLER, William y ROSE, Richard, "Political Support for Incomplete Democracies: Realist vs. Idealist Theories and Measures", *International Political Science Review*, vol. 22, núm. 4, 2001.
- MOISÉS, José Álvaro, *Os Brasileiros e a Democracia. Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*, SP, Ática, 1995.
- _____, "A desconfiança nas instituições democráticas", *Revista Opin Publica*, vol. 11, num. 1, 2005.
- _____, "Cidadania, confiança e instituições democráticas", *Lua Nova: Revista de CULTURA e Política*, São Paulo, num. 6, 2005.
- MONTERO, Jose Ramon et al., "Democracy in Spain: Legitimacy, discontent, and disaffection", *Studies in Comparative International Development*, vol. 32, núm. 3, 1997.
- NERI, Marcelo (coord.), *Miséria, Desigualdade e Estabilidade. O Segundo Real*, Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- NORRIS, Pippa, "Introduction: the growth of Critical citizens?", en NORRIS, Pippa (ed.) *Critical Citizens*, Oxford, UK, 1999a.
- REMMER, Karen, "The Political Economy of Elections in Latin America, 1980-1991", *American Political Science Review*, vol. 87, núm. 2, 1993.
- ROCHA, Sonia, "Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para a política nacional", *Economia e Sociedade*, Unicamp/ Campinas, num. 6, 1996.
- _____, "Pobreza e Desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real", *Mimeo*, Brasília, Ipea, 2000.

- ROSE, Richard, “Evaluating Long and ShortTerm Transformation in Central Europe”, *Studies in Public Policy*, núm. 312, 1999.
- y MISHLER, William, “Five years after the fall: Trajectories of Support for Democracy in PostCommunist Europe”, en NORRIS, Pippa (ed.), *Critical Citizens*, Oxford, UP, 1999.
- SCHEDLER, Andreas y SARSFIELD, Rodolfo, “Democrats with Adjectives: Linking Direct and Indirect Measures of Democratic Support”, *Studies in Public Policy*, núm. 394, 2004.
- SELIGSON, Mitchell (ed.), *Challenges to Democracy in Latin America and the Caribbean. Evidences from the Americas Barometer, 2006* [? 2007, Vanderbilt University, 2008.
- SOARES, Sergei S. D., “Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004”, *Textos para Discussão*, Brasilia, num. 1166, 2006.
- SOLA, Lourdes (org). *O Estado e a transição: política e economia na Nova República*, São Paulo, Vértice, 1988.
- WILL, Jeffry, “The Dimensions of Poverty, the Public Perceptions of the Deserving Poor”, *Social Science Research*, núm. 22, 1933.

V. NEXO

Pesquisa NUPPS/CESOP(2006)

Questões _Fatorial Adesão

1. *O Sr(a) concorda ou discorda com a seguinte afirmação: A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo. o Sr(a) concorda ou discorda?*
2. *Gostaria que o Sr(a) me dissesse com qual dessas três afirmações o Sr(a) concorda mais a) A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo.*
 - b) Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático.*
 - c) Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.*

3. Tem gente que acha que sem partidos políticos não pode haver democracia, outras pessoas acham que a democracia pode funcionar sem partidos políticos. O que você acha?

- a) Sem partidos não pode haver democracia
- b) A democracia pode funcionar sem partidos

4. O que é melhor, um presidente da República que...?

- a) Seja identificado com um partido político ou
- b) Um presidente que não dê importância para os partidos

5.. Na sua opinião, os partidos políticos são a)Indispensáveis à democracia

- b)Só servem para dividir as pessoas c)Outras respostas

6. O Congresso Nacional é formado por deputados federais e senadores eleitos pelo povo. Tem gente que acha que sem Congresso Nacional não pode ter democracia, enquanto outras pessoas acham

- a) Sem Congresso Nacional não pode haver democracia
- b) A democracia pode funcionar sem Congresso Nacional

7.. Você acha que o Brasil precisa do Congresso Nacional, isto é, da Câmara de Deputados e do Senado, ou nós poderíamos passar bem sem ele?

- a) O país precisa da Câmara dos Deputados e do Senado
- b) Poderíamos passar bem sem a Câmara de Deputados e Senado

8) Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições para Presidente da República?

Sim

Não

9.. Você acha que:

- 1 A maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas
- 2 Não importa como as pessoas votam, não fará com que as coisa

Pesquisa NUPPS/CESOP/Questões –
Fatorial Desempenho

1) Você diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?

2) Como você acha a democracia no Brasil? uma democracia plena, uma democracia com pequenos problemas, uma democracia com grandes problemas, ou o Brasil não é uma democracia? O Brasil é uma democracia plena

a) Uma democracia com pequenos problemas b) Uma democracia com grandes problemas c) O Brasil não é uma democracia

d) Não sei o que é uma democracia

3) Na sua opinião, o presidente Lula está fazendo um governo:

1 Muito bom

2 Bom

3 Regular

4 Ruim

5 Muito Ruim

4) E quanto à situação econômica do Brasil no governo Lula desde janeiro de 2003. Você diria que a situação econômica do país melhorou, piorou ou ficou igual ao que era antes?

1 Melhorou

2 Ficou igual

3 Piorou

5) Você acredita que as eleições no Brasil são limpas ou são objeto de fraude?

1 As eleições são limpas

2 São objetos de fraude

6) Como você avalia a situação econômica do país hoje?

1 Muito boa

2 Boa

3 Regular

4 Ruim

5 Muito Ruim

7) E no próximo ano, a situação econômica do país será:

1 Muito melhor

2 Um pouco melhor

3 Igual

4 Um pouco pior

5 Muito pior

8) A sua situação econômica atual e a de sua família é:

- 1 Muito boa
- 2 Boa
- 3 Regular
- 4 Ruim
- 5 Muito Ruim

9) E nos próximos 12 meses, você acha que a sua situação econômica e da sua família será ... que a situação econômica que vocês tem hoje?

- 1 Muito melhor
- 2 Um pouco melhor
- 3 Igual
- 4 Um pouco pior
- 5 Muito pior

10) Pensando em sua situação econômica de hoje e comparada com a de 10 anos atrás, você diria que ela ... em relação ao resto dos brasileiros?

- 1 Melhorou muito
- 2 Melhorou um pouco
- 3 Permaneceu igual
- 4 Piorou um pouco
- 5 Piorou muito

11) O salário que você ganha e o total de rendimentos de sua família lhe permite cobrir satisfatoriamente suas necessidades? Por favor, me indique em qual das seguintes situações Você se encontra?

- 1 É suficiente, permite economizar
- 2 É suficiente, não tenho grandes dificuldades
- 3 Não é suficiente, tenho dificuldades
- 4 Não é suficiente, tenho grandes dificuldades

12) Como você avalia os serviços públicos do país em ao relação serviço de (...) Você acha que é:

- Habitação
- Saúde
- Transportes
- Polícia
- Educação
- Segurodesemprego
- Esgoto e saneamento
- Previdência social

13) Gostaria que você avaliasse a atuação de cada uma das seguintes instituições

Igreja
Forças armadas
Poder judiciário
Polícia
Congresso Nacional
Partidos políticos
Televisão
Sindicatos
Empresários
Governo
Presidente
Bombeiros
Leis do país

Pesquisa Lapop (2007)

Questões _ Fatorial Adesão Democrática

1) Agora, vou ler várias frases. Levando em conta a situação atual do país me diga com qual das seguintes frases o sr/sra concorda mais:

1. O Congresso impede muito o trabalho de nossos presidentes, e deveria ser ignorado, [ou ao contrário],

2. Mesmo que atrapalhe o trabalho do presidente, nossos presidentes não deveriam passar por cima do

Congresso.

8. NS/NR

2) 1. Nossos presidentes devem fazer o que o povo quer, mesmo que as leis os impeçam, [ou ao contrário],

2. Nossos presidentes devem obedecer às leis, mesmo que o povo não goste.

8. NS/NR

3) Na sua opinião,

1. A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo

2. Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia?

3. Tanto faz/nenhuma das duas é melhor [Espontânea, não ler]

Agora, vamos usar um cartão similar, porém o ponto 1 representa “discorda muito” e o ponto 7 representa “concorda muito”. Um número entre 1 e 7, representa uma pontuação intermediária. Eu vou ler várias frases e queria que me dissesse até que ponto o sr./sra. concorda ou discorda .

4) A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.

5) Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

6) Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular, é sempre o melhor. O que o sr./sra pensa?

(1) Necessitamos de um líder forte que não seja eleito através do voto, ou

(2) A democracia eleitoral é o melhor.

(8) NS/NR

7) Com qual das seguintes frases o r/sra está mais de acordo:

(1) Para a sociedade tanto faz um regime democrático ou um não democrático. (2) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.

(3) Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático. (8) NS/NR

Pesquisa LAPOP

Questões _ Fatorial Desempenho

1) Até que ponto o sr./sra. tem confiança na justiça?

Justiça Eleitoral?

Forças Armadas [o Exército]?

Congresso Nacional?

Governo federal l?

Ministério Público ?

Polícia Federal ?

Igreja Católica?

partidos políticos?

*Supremo Tribunal Federal?
governo municipal?
meios de comunicação?
sindicatos?
empresários?
Presidente da República?
bombeiros?
correios?*

2) *Agora, falando em economia... Como o sr/sra avalia a situação econômica do país? O sr./sra acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?*

(1) *Muito boa* (2) *Boa* (3) *Nem boa, nem má (regular)* (4) *Má* (5) *Muito má (péssima)* (8) *NS/NR*

3) *O sr/sra. considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual, ou pior que há doze meses? (1) Melhor (2) Igual (3) Pior (8) NS/NR*

4) *Como sr/sra. avalia, em geral, sua situação econômica? O sr/sra acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?*

(1) *Muito boa* (2) *Boa* (3) *Nem boa, nem má (regular)* (4) *Má* (5) *Muito má (péssima)* (8) *NS/NR*

5). *O sr/sra acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que a de há doze meses? (1) Melhor (2) Igual (3) Pior (8) NS/NR*

6) *E falando do governo, em geral, como o sr./sra. avalia o trabalho que o Presidente Lula está realizando*

(1) *Muito bom* (2) *Bom* (3) *Nem bom, nem mal (regular)* (4) *Mal* (5) *Muito mal (péssimo)* (8) *NS/NR*

7) *De uma maneira geral, o sr./sra está muito satisfeito, satisfeito, pouco insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?*

(1) *Muito satisfeito* (2) *Satisfeito* (3) *Insatisfeito* (4) *Muito insatisfeito* (8) *NS/NR*

8) *Em sua opinião, o Brasil é um país muito democrático, mais ou menos democrático, pouco democrático ou nada democrático?*

(1) *Muito democrático* (2) *Mais ou menos democrático* (3) *Pouco democrático*

(4) *Nada democrático* (8) *NS/NR*

9) *O(a) sr(a) participa do programa _____ [LER NOME DE CADA UM DOS PROGRAMAS ABAIXO], do governo federal? [INSTRUÇÃO: É preciso deixar claro para o entrevistado que a questão se refere aos programas do governo federal dado que alguns estados também possuem programas sociais similares.]* *Bolsa Família*

Bolsa Escola

Bolsa Alimentação

Vale Gás

10) *Alguém da sua família ou algum conhecido do(a) sr(a) participa do programa [LER NOME DE CADA UM DOS PROGRAMAS ABAIXO], do governo federal? [INSTRUÇÃO: É preciso deixar claro para o entrevistado que a questão se refere aos programas do governo federal dado que alguns estados também possuem programas sociais similares.]*

Bolsa Família

Bolsa Escola

Bolsa Alimentação

Vale Gás

Descrição das Pesquisas

1) Pesquisa NUPPS/CESOP – A Desconfiança nas Instituições.

Survey nacional com adultos brasileiros, acima de 16 anos, realizado entre 01 e 15 de junho de 2006

Amostra representativa nacional, com 2.004 entrevistas pessoais

Amostra probabilística com 3 estágios: seleção de municípios; seleção de setores censitários; seleção de domicílios a partir de quotas de sexo, idade, escolaridade e PEA/nãoPEA, tal como definido na PNAD2004

Coordenação: José Ávaro Moises (NUPPES/USP) e Rachel Meneguello (CESOP/UNICAMP)

2) Pesquisa LAPOPBrasil / Barômetro das Américas

Survey nacional com adultos brasileiros, acima de 16 anos, realizado entre 12 de julho e 26 de agosto de 2007

Amostra representativa nacional, com 1.214 entrevistas pessoais

Amostra probabilística com 3 estágios: seleção de municípios; seleção de setores censitários; seleção de domicílios

Coordenação: Denise Paiva (UFG) e Simone Bohn (York University)